

União quer desmontar 2 mil programas e poupar 25%

Roosevelt Pinheiro

A União terá uma economia de 25% no orçamento de 1989 se forem transferidos aos Estados e municípios — ou extintos — mais de dois mil programas que atualmente são financiados pelo Governo Federal, informou ontem o ministro do Planejamento, João Batista de Abreu. Segundo o ministro, são projetos que não têm nenhuma prioridade, alguns inclusive com suas dotações perpetuando-se anos após anos e alguns deles tendo já acabada a sua finalidade. Só em relação ao orçamento inicial deste ano, a economia seria equivalente a Cz\$ 1,2 trilhão.

O principal objetivo da operação desmonte que está sendo discutida pelo Governo Federal é adequar a União à nova partilha da receita tributária aprovada pela Constituinte e buscar uma melhor locação da despesa pública. Mesmo com a perda de 17% das receitas correntes, que vão para os Estados e municípios, o Governo acredita que é factível a meta de 2% para o déficit do setor público. Para isso, o Governo pretende transferir, extinguir e rever todas as dotações incluídas no orçamento. Sem a atividade-fim e sem a fonte de recursos, não haverá motivos técnicos para manter muitos órgãos.

Exemplo

“É como tirar o oxigênio”, compara o ministro João Batista de Abreu. Um exemplo é a manutenção da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Rural (Embrater) por parte da União. Como os Estados mantêm seus órgãos de assistência aos produtores, a tarefa da União acaba e, conseqüentemente, a dotação passa a não existir e o órgão executor de esvazia por completo. Os técnicos da secretaria do Planejamento da Presidência da República (Seplan), porém, preferem não falar abertamente em fechamento de órgãos ou extinção de estruturas burocráticas, com receio das resistências políticas.

A economia de 25% no orçamento de 1989 — com os cortes dos programas existentes hoje — representa Cz\$ 1,235 trilhão do orçamento inicial da União para este ano, de Cz\$ 4,545 trilhões, que tinha uma estimativa de inflação de 120%. Como os técnicos da Seplan não dispõem de dados sobre o efeito deste ganho no orçamento que foi mandado ao Congresso, o percentual foi mantido para efeitos demonstrativos da nova arrumação orçamentária.

Grupos vão propor os cortes

As transferências de encargos da União para os Estados e municípios, visando adequá-los aos repasses compulsórios que terão com a nova Constituição, exigirão uma complexa revisão da legislação orçamentária, que poderá se estender por vários anos.

Essa declaração foi feita ontem pelo assessor especial da Secretaria do Planejamento, Everardo Maciel, quando anunciou o início da segunda fase de trabalho de 20 grupos constituídos entre a Seplan, Ministério da Fazenda e diversos órgãos do Governo, voltados para a elaboração da proposta orçamentária para 1989, que deverá ser apresentada até 30 de agosto próximo ao Congresso Nacional.

“Vamos iniciar um processo de transição orçamentária legislativa”, disse —, em que deverão ser claramente redefinidas as novas responsabilidades da União, dos Estados e municípios face à nova realidade orçamentária do País. A União, que hoje detém cerca de 65% da receita tributária, caberão apenas 36%.

Grupos

Reduzida em suas disponibilidades, a União precisa transferir, junto com as receitas que lhe cabiam, também algumas atribuições, já que não contará mais com

recursos suficientes para financiar uma série de programas. Para isso é que foram constituídos, na Secretaria de Planejamento, 20 grupos de trabalho voltados para o tratamento de questões orçamentárias específicas, e com a responsabilidade de propor o enquadramento das despesas da União.

A criação dos Grupos de Trabalho foi precedida de uma análise das perdas e ganhos orçamentários, resultantes da nova Constituição, e que deverão indicar os cortes e reformulações necessários.

Crêterios

Alguns critérios para os cortes orçamentários já estão fixados. Citou Maciel várias transferências diretas e indiretas de recursos para os Governos de Estados e municípios, lastro para contrapartidas em empréstimos externos, de despesas associadas, nas competências concorrentes e outros.

Entre os exemplos citados de cortes foram lembrados a captação, o aval, o repasse e a amortização de empréstimos externos de Estados e municípios pela União; serviços prestados pela Empresa Brasileira de Extensão Rural, ou convênios e repasses feitos à Sudene cujos recursos são gastos através de Governos ou empresas estaduais e municipais.



Abreu quer adequar a União à nova partilha da receita tributária aprovada pela Constituinte

As tarefas de cada um

Estes são os 20 grupos criados para elaborar o Orçamento da União para 1989:

1 — Grupo de Legislação Orçamentária Complementar.

Tem a incumbência de rever e consolidar na prática a nova legislação orçamentária.

2 — Incentivos fiscais. Estudo e revisão geral dos Incentivos.

3 — Isenções fiscais. Estudo e revisão geral das isenções.

4 — Incentivos Muito Especiais. Casos específicos, como o do Grande Carajás, devem ser reexaminados.

5 — Grupo FAS (Fundo de Apoio Social). Originado das loterias, é administrado pela Caixa Econômica Federal.

6 — Finsocial. Agora, como o FAS, no orçamento da seguridade.

7 — Subsídios. São 16 modalidades. Serão revistos todos os subsídios, entre os quais o do trigo, programa, carvão, açúcar, pesca, lavra mineral, álcool e outros.

8 — Contrapartidas de Empréstimos Externos. Serão revistos.

9 — Fundos. São, ao todo, 60 fundos.

10 — Instituto de Resseguros do Brasil (IRB). Serão revistos os dois seguros pagos pela União: cobertura adicional de seguros; e seguros de riscos políticos, comercialização e exportações. Eles foram incluídos no Orçamento da União a partir de 1968.

11 — PIS/Pasep. Existe muita confusão na aplicação desses recursos. O principal agente é o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

12 — BNDES. Como o BNDES deve perder o Finsocial, o

PIS e o Pasep, sua função será reexaminada, bem como as alternativas de fontes de recursos.

13 — Fundo Rodoviário Nacional. Hoje 40% vão para os Estados e municípios e 60% para a União. A responsabilidade pela construção e manutenção das rodovias, com a nova destinação do Imposto sobre Combustíveis.

14 — Salário-Educação. Como ficarão os critérios do recolhimento, destinado a financiar o ensino de 1º grau, a partir dos percentuais compulsórios de aplicação em educação. Ensino de 1º grau vai ser responsabilidade só dos Estados.

15 — Programa de Mobilização Energética. Regulamentação dos recursos do Imposto sobre Combustíveis nos projetos que envolvem economia de combustível.

16 — Irrigação e Eletrificação Rural. O Ministério da Irrigação tem se limitado a administrar projetos da área do DNOCS, DNOS e da Codevasf. Existem projetos em diversos outros ministerios. Serão racionalizados.

17 — Novos Estados. Reexaminar a relação da União com os novos Estados.

18 — Instituições do Orçamento. Onde deverão ser indicadas as despesas e serviços da dívida.

19 — Orçamento de Seguridade. De que maneira serão absorvidos os novos recursos do Finsocial, do PIS e do Pasep.

20 — Ciência e Tecnologia. Estudo sobre as diferentes fontes de recursos e a efetividade das aplicações.